



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Pingo D'Água – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Pingo D'Água	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	35
3.3	Clipping de Notícias	73
3.4	Textos Acadêmicos	78
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	82
4.1	Turismo	82
4.2	Cultura	82
4.3	Esporte e Lazer	83
5	Avaliação de Impactos	86
5.1	Metodologia	86
5.2	Resultados	105
	Entrevistados no Município	112
	Equipe Técnica	112
	Referências	116

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa dos Bens Identificados em Pingo D'Água	38
Figura 7 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	53
Figura 8 Centro de Eventos Vereador Vicente Vitor	60
Figura 9 Pintura de tapetes devocionais por crianças da comunidade.....	61
Figura 10 Cena teatral da crucificação de Cristo, Semana Santa	62
Figura 11 Gaúcho e Banda.....	62
Figura 12 Banco artesanal.....	63
Figura 13 Apresentação de Capoeira	63
Figura 14 Domador de bois	64
Figura 15 Ponte Queimada – Parque Estadual do Rio Doce.....	75
Figura 16 Imagens registradas por internauta na Ponte Queimada, Pingo D'água (MG)....	76
Figura 17 Nuvem de termos referente ao clipping de Pingo D'Água	77
Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar	91
Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	92

Figura 20 Classificação da Significância de Impactos	93
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Pingo D'Água.....	33
Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município	106
Gráfico 3 Impacto sobre a paisagem	107

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Pingo-d'Água e Minas Gerais (%)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Pingo D'Água e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Pingo-d'Água e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	31
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Pingo d'Água e de Minas Gerais (2010 – 2013)	32
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência - Pingo D'Água e Minas Gerais (2000 e 2010)	34
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Pingo D'Água.....	36
Tabela 8 Meios de Hospedagem	44
Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas	45
Tabela 10 Espaço para Eventos.....	48
Tabela 11 Locais e Templos de Fé/Edificações	49
Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Pingo D'Água (2007 - 2013)	56
Tabela 13 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos	58

Tabela 14 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico	70
Tabela 15 Clipping de notícias do município de Pingo D'Água	74
Tabela 16 Síntese de citações – Pingo D'Água.....	78
Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	87
Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	89
Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	109
Tabela 20 - Listagem de participantes de reunião institucional em Pingo D'Água.....	112
Tabela 21 Equipe Técnica	112

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Pingo D'Água, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Pingo D'Água aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Pingo D'Água/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Pingo D'Água. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que, embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao Rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que

atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Pingo D'Água

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Alguns dos envolvidos na Conjuração Mineira, no final do século XVIII, fugindo da perseguição da Coroa, saíram de Ouro preto, Barbacena, Prados e Diamantina em busca de lugar seguro. Fixaram-se, assim, em matas na região onde hoje se localiza o município de Piau. No referido grupo, encontravam-se Francisco José da Silva (tio de Tiradentes), João Eduardo Rodrigues Vale, João Lopes de Faria, João Pinto Cardoso, José Coelho de Oliveira, José Rodrigues Vale e Antônio Fernandes de São José (IBGE, 2016).

Os fugitivos construíram nas terras ocupadas uma capela em homenagem ao Divino Espírito Santo, o que levou o povoado a ser conhecido como Divino Espírito Santo do Piau. Já em 1868, o lugarejo foi transformado em distrito, pertencendo, sucessivamente, às cidades de Ouro Preto, Barbacena, Mar de Espanha, Rio Pomba, Juiz de Fora, São João Nepomuceno e Rio Novo (de 1870 a 1953) (IBGE, 2016).

No ano de 1994, o distrito passou a denominar-se Pingo-d'Água, criado pela Lei Municipal nº 459, de 22 de junho, sendo subordinado ao município de Córrego Novo. Em última divisão territorial antes de sua emancipação, datada de 1º de julho de 1995, Pingo-d'Água ainda fazia parte de Córrego Novo. A emancipação só veio com a Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Pingo-d'Água está situado corresponde a 66,76 Km², pertencendo à Mesorregião Vale do Rio Doce e à Microrregião de Caratinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 28° C.

Seus municípios limítrofes são: Bom Jesus do Galho, Córrego Novo, Marliéria e Dionísio. O município é constituído pelo distrito sede (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos:

De acordo com o IBGE, a população de Pingo D'Água em 2016 era de 4.832 habitantes e sua densidade demográfica de 66,4 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Pingo d'Água foi de 0,14%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento de 1,47%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença pouco significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de somente 9,16% em 2000, apresentou decréscimo em 10 anos, passando para 8,71% em 2010. Já em Minas Gerais, observa-se aumento pouco significativo, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Verifica-se que, no ano de 1991, Pingo D'Água se constituía em um município essencialmente rural, tendo em vista que a taxa de urbanização foi nula. Diante disso, ainda que possa ser identificado deslocamento de habitantes para a zona urbana nas duas décadas seguintes, a localidade se difere fortemente da realidade observada para a média dos municípios mineiros.

Tabela 2 Taxa de urbanização - Pingo-d'Água e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Pingo d'Água	População urbana	0	90,84	91,29
	População rural	100	9,16	8,71
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Pingo D'Água era composta por 49,75% de homens e 50,25% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Pingo D'Água, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 42,04%, em 1991, para 21,76%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (2,99%, em 1991, para 12,10%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,66% da população de Pingo D'Água possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Pingo D'Água possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Pingo D'Água, no ano 2000, a razão de dependência foi de 56,56%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 51,73%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 7,53% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Pingo D'Água e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Pingo D'Água	Razão de dependência	84,14%	56,56%	51,73%
	Taxa de envelhecimento	2,76%	5,68%	7,53%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Pingo D'Água, especialmente naquilo que se refere à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso ao município de Pingo D'Água se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. Não havendo terminal rodoviário do município, o principal ponto de embarque e

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

desembarque está no centro da cidade e, mais especificamente, em frente à Panificadora Braga.

Pingo D'Água é atendido pela MG-759⁸. Além disso, estradas vicinais ligam o município a localidades rurais e à sede de Bom Jesus do Galho. O município está situado a 216 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (48 Km) e Córrego Novo (18 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Univale (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O meio ferroviário pode ser acessado no município de Ipatinga, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Também em Ipatinga se localizam os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que a localidade conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Pingo D'Água conta com as empresas Oi e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre

⁸ A MG-759 dá acesso à BR-458.

0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Pingo D'Água, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,253 do IDHM total, 0,149 do IDHM longevidade, 0,112 no IDHM renda e 0,367 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Pingo-d'Água e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pingo-d'Água	0,366	0,509	0,619	0,695	0,724	0,744	0,435	0,515	0,603	0,162	0,354	0,529
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Pingo D'Água foi de 0,619 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,162 para 0,638.

No entanto, observa-se que o IDHM de Pingo D'Água, de modo geral, manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Pingo D'Água, é possível identificar que o PIB do município se alterou profundamente no período de 2011 a 2013, passando de -4,6%, entre 2010 e 2011, para 27,7%, entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, porém, verificou-se nova queda, tendo o crescimento do PIB registrado – 11,3% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 3,93% no período 2011-2013, sendo esta inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Pingo D'Água cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Pingo d'Água e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Pingo D'Água	33.525	-4,6	42.804	27,7	37.982	-11,3
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$7.946,35, em 2010, e R\$8.088,24, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

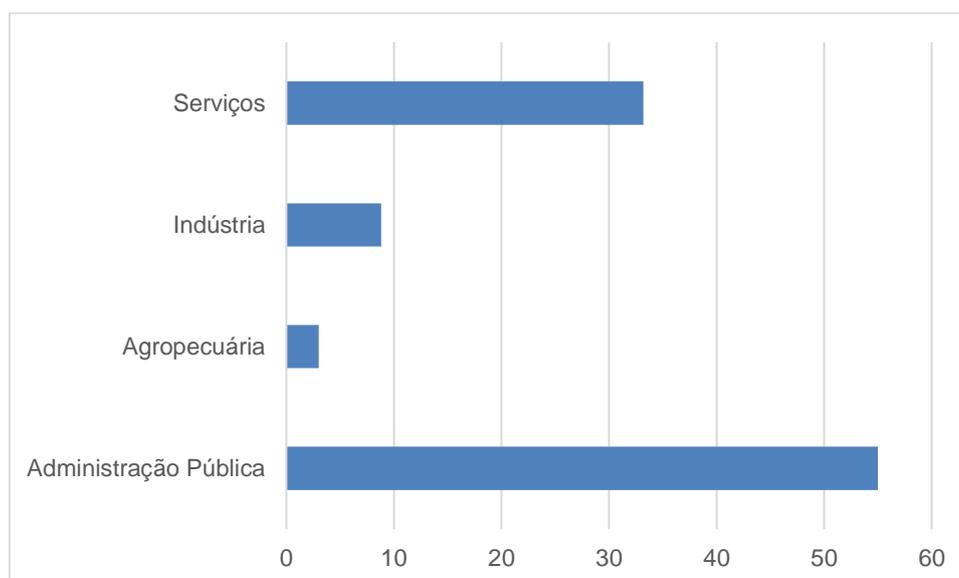
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Pingo D'Água encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 55% e 33,2%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Pingo D'Água



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 8,8% e 3%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Quanto ao setor da indústria, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Pingo D'Água possuía 828 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.179 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência - Pingo D'Água e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Pingo D'Água	828	1.179
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 49 empregos em 4 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava somente 42 pessoas em 2 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 359 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Pingo D'Água conta com Lei Orgânica, datada do ano de 1997, além de Lei de Delimitação do Perímetro Urbano – Lei nº 175/2003.

O município possui, ainda, Política Municipal de Saneamento Ambiental – Lei nº 383/2014 – e Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) – Lei nº 348/2012.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Pingo D'Água. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Pingo D'Água para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas:

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Pingo D'Água, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 48 bens e serviços, embora o município não conte com atrativos turístico. O principal atrativo cultural da cidade é a Igreja de São Sebastião, santo que também dá nome a uma das principais festividades de Pingo D'Água.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Pingo D'Água

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	24
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	13
Transporte	0
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	1
Outro serviço e equipamento turístico	1
Equipamentos Culturais	4
Meios de Comunicação	2

Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	14
Equipamentos de Esporte e Lazer	14
Atrativos	1
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	1
Diversidade Cultural	5
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	2
Gastronomia	1
Total	48

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características dos bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na figura a seguir.

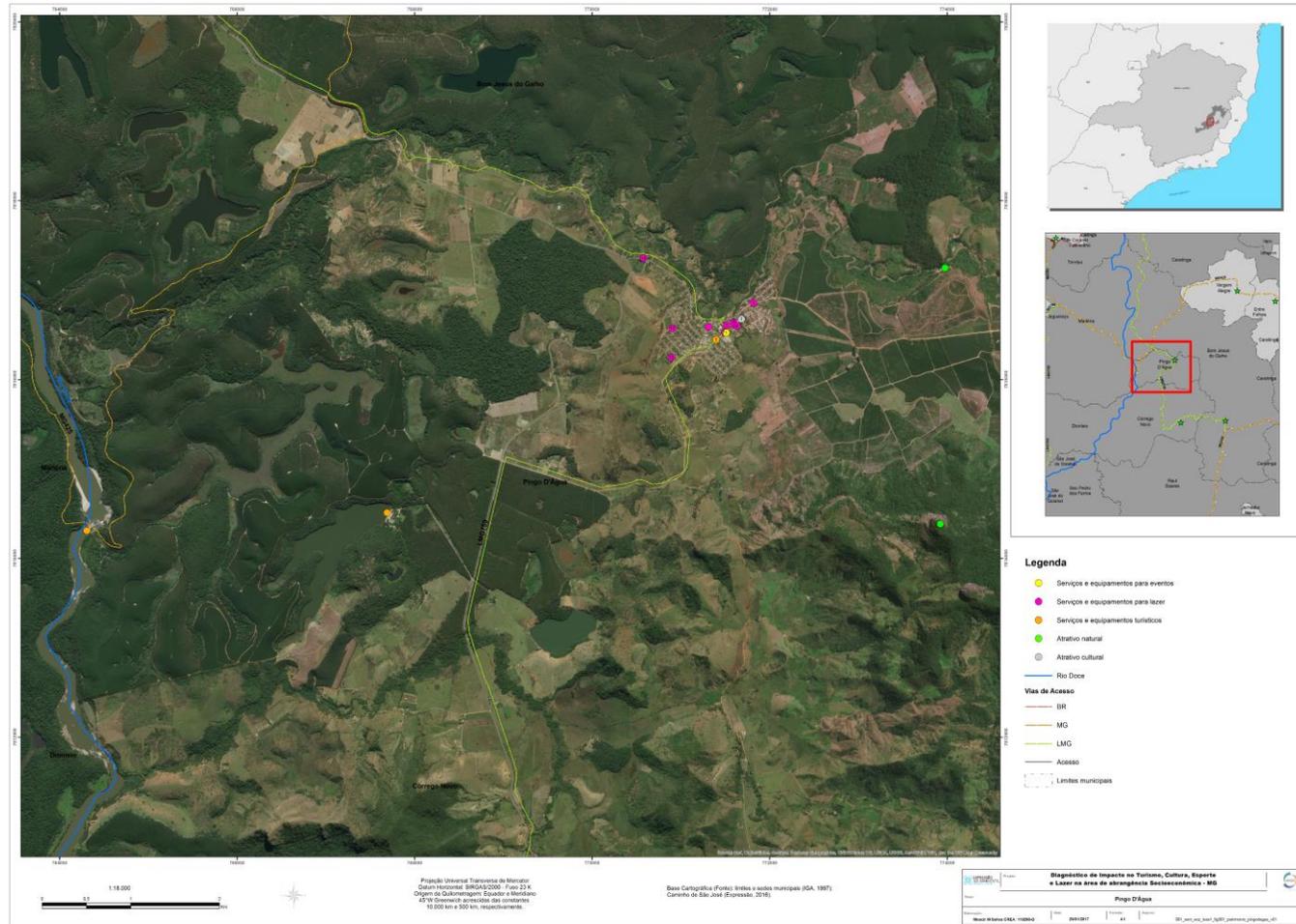


Figura 6 Mapa dos Bens Identificados em Pingo D'Água

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico, Conselho, Fundo e Plano, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica do estado de Minas Gerais.

A prefeitura de Pingo D'Água não possui órgão com a atribuição de gerir a política setorial de turismo, bem como Plano Municipal de Turismo – PMT.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De

modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, de modo a definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda de acordo com a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo local. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros no desenvolvimento da política de turismo por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”¹⁰. Desse modo, verificou-se que “Os gastos orçamentários de Pingo D’Água na

10 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo

Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

O município não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR ou dotação orçamentária específica para o desenvolvimento da política de turismo, bem como legislação de incentivo ao setor.

O indicador “Organização Turística do Município”¹¹, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social, elaborado pela Fundação João Pinheiro, mostra a participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Sendo assim, observou-se que “Pingo D’Água, em 2012, estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Pingo D’Água não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (FJP, 2013).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Pingo D’Água não participa do Programa Nacional de Regionalização DO Turismo e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs),

como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

¹¹ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual que tem por objetivo investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais condicionados à formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Pingo D'Água não possuía Inventário de Oferta Turística – INVTUR, tendo sido necessário dar início ao processo de inventariação de espaços e equipamentos turísticos do município.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR os meios de hospedagem são definidos como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Com base em tal definição, foram inventariados dois meios de hospedagem em Pingo D'Água. Somada a infraestrutura dos meios de hospedagem inventariados, o município possui 29 unidades habitacionais e um total de 63 leitos.

- Hotel e Restaurante Central;
- Pensão do Povo.

Tabela 8 Meios de Hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 13 estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados em Pingo D'Água. São eles:

- Hotel e Restaurante Central;
- Fino Sabor;
- Lanchonete do Iraci;
- Padaria e Mercearia do Vanderlei;
- Rancho dos Amigos;
- Grilos Bar;
- Padaria e Confeitaria Souza;
- Padaria e Confeitaria Ki Delicia;
- Restaurante da Pensão do Povo;
- Bar e Mercearia do Léo;
- Bar do Charles;
- Bar e Restaurante Fogão de Lenha;
- Padaria São José.

Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Hotel e Restaurante Central



Fino Sabor



Lanchonete do Iraci



Bar e Mercaria do Vanderle





Rancho dos Amigos



Grilos Bar



Padaria e Confeitaria Souza



Padaria e Confeitaria Ki Delicia



Restaurante da Pensão do Povo



Mercearia do Léo



Bar do Charles



Padaria São José



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Agências de Turismo

Na pesquisa de campo não foram identificadas empresas que prestem serviço de agenciamento turístico em Pingo D'Água, assim como empresas de transportes turísticos.

3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

No segmento de espaços para realização de eventos, tais como congressos, convenções, exposições, feiras e shows foram identificados o Centro de Eventos Vereador Vicente Filho, e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, ainda que este último equipamento não tenha as atividades turísticas como finalidade principal.

Tabela 10 Espaço para Eventos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

Durante o levantamento de dados em campo, foram inventariados oito locais e templos de fé em Pingo D'Água. São eles:

- Igreja Batista de Nova América em Pingo D'Água;
- Igreja Evangélica Pentecostal;
- Deus é Amor;
- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Congregação Pentecostal Unida do Brasil;



- Igreja Pentecostal de Jesus Cristo;
- Igreja Assembleia de Deus;
- Igreja São Sebastião.

Tabela 11 Locais e Templos de Fé/Edificações

Igreja Batista de Nova América em Pingo D'Água



Igreja Evangélica Pentecostal



Deus é Amor



Salão do Reino das Testemunhas de Jeová



Congregação Pentecostal Unida do Brasil



Igreja Pentecostal de Jesus Cristo



Igreja Assembleia de Deus



Paróquia São Sebastião



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Pingo

D'Água. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

Durante o levantamento de campo em Pingo D'Água, não identificou-se nenhum atrativo que possua elementos naturais que possam ser mobilizados para fins turísticos.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 7 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Pingo D'Água, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

Conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural¹².

12 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na

A gestão da política de cultura em Pingo D'Água é uma atribuição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

Informa-se que à época do levantamento de dados em campo, em 2016, o município não tinha aderido ao Sistema Nacional de Cultura, procedimento que lhe acarretaria, como condicionante, a estruturação do Sistema Municipal de Cultura e de seus elementos integrantes.

De acordo com informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, Suplemento de Cultura - 2014 do IBGE¹³, o município não implementa ações e políticas de incremento e apoio às atividades culturais locais, e tampouco desenvolve programas ou ações culturais, tais como feiras, festivais ou mostras.

Todavia, obteve-se a informação que o município estava em fase de elaboração de seu Plano Municipal de Cultura.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Pingo D'Água não possui Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho de Patrimônio Cultural está inativo. Segundo os gestores entrevistados, a participação da sociedade nas discussões acerca das prioridades na área da cultura ocorre por meio de reuniões realizadas no Centro Comunitário.

implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

13 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

O município não realizou nenhuma Conferência Municipal de Cultura e tampouco participou das conferências estaduais e nacionais referentes ao setor.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Pingo D'Água não possui Fundo Municipal de Cultura e tampouco legislação de Incentivo à Cultura.

O financiamento da política cultural local não se realiza de forma sistemática, isto é, mediante a destinação de recursos vinculados no orçamento municipal. As ações culturais públicas são realizadas por meio do compartilhamento de recursos humanos e materiais da Secretaria de Educação e Cultura, nas funções ligadas à educação.

Documentos disponibilizados no portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴, do Tribunal de Contas de Minas Gerais, indicam que havia sido destinado no Plano Plurianual municipal para o quadriênio 2014 - 2017 o valor de R\$ 249 mil para serem aplicados no Programa de Cultura, objetivando “Promover o desenvolvimento cultural, revitalizar o patrimônio cultural e incentivar as práticas culturais”.

Entretanto, de acordo com os documentos disponibilizados no portal acima citado, de um total de R\$ 11 milhões anuais executados pela prefeitura no período de 2014 a 2015, nenhuma parte foi destinada à cultura.

Por fim, destaca-se que, conforme dados relacionados ao Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, o esforço orçamentário e os gastos per capita do município em difusão cultural oscilaram nos anos 2007, 2011 e 2013, ao passo que não se registrou, nos mesmo anos, qualquer esforço ou gasto per capita em preservação do patrimônio cultural.

¹⁴ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Pingo D'Água (2007 - 2013)

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	0	0	0	0,2
2011	0	44,87	0	1,9
2013	0	12,03	0	0,5

Fonte: FJP, 2013

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural de Pingo D'Água se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Como o município não foi previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR foi necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural.

O levantamento de dados em campo e o IMRS evidenciam que Pingo D'Água possui poucos equipamentos culturais¹⁵. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções

¹⁵ Os equipamentos culturais, no caso da construção deste indicador, estão representados pelos museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos.

locais e externas. As poucas manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho religioso e popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos acima ilustrados.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

Pingo D'Água oferece espaços dotados de infraestrutura de lazer e entretenimento que se constituem em referências espaciais para o encontro da comunidade em atividades de recreação, cultura, escolares, musicais, entre outras. São eles:

- Praça São Sebastião: localizada no centro, a Praça é utilizada para eventos, descanso e contemplação da paisagem, sendo equipada com iluminação, bancos e mesas;
- Praça da Legislação: localizada no centro, é utilizada para caminhada e prática de skate. É iluminada e conta com canteiros gramados arborizados, área pergolada e bancos;
- Praça das Palmeiras: localizada no centro, é utilizada para a prática de caminhada, ciclismo e outras atividades físicas, contando com canteiros gramados e palmeiras. É equipada com academia ao ar livre e área coberta com mesas e cadeiras;
- Praça Ipê Amarelo: localizada no centro, é utilizada para a prática de caminhada e ciclismo, contendo canteiros gramados, palmeiras e brinquedos de madeira;
- Centro de Recreação de Pingo D'Água: localizado no centro, possui ampla área de lazer, o que favorece a prática de skate, descanso e encontros da comunidade. É dotada de bares (que se encontram fechados), bancos, mesas e fonte (que não está funcionando);
- Praça da Emancipação: localizada no centro, possui ampla área livre pavimentada, sendo utilizada para prática de atividades como caminhada, ciclismo e lazer infanto-juvenil. É equipada com pista de skate e coreto;
- Praça Pau Brasil: localizada no centro, é utilizada para caminhada, ciclismo e skate. É arborizada e equipada com iluminação e bancos;
- Praça dos Manacás: localizada no centro, é utilizada para prática de caminhada, contando com canteiros gramados com palmeiras e áreas pergoladas para descanso e encontros em bancos e mesas;
- Praça da Felicidade: localizada no bairro Sacramento, é utilizada para descanso, encontros e bate papo da comunidade. É arborizada e conta com bancos e mesas. Encontra-se em mau estado de conservação;



- Praça de Esportes de Pingo D'Água: localizada no centro. Bem ambientada, possui academia ao livre e dá acesso ao ginásio. Pouco conservada;
- Praça Tancredo Neves: localizada no centro, trata-se de um canteiro central em bom estado de conservação, que, além da função de ilha do sistema viário, é local de encontro e descanso, arborizado e equipado com bancos.

Tabela 13 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

Praça São Sebastião	Praça da Legislação
	
Praça das Palmeiras	Praça Ipê Amarelo
	



Centro de Recreação de Pingo D'Água



Praça da Emancipação



Praça Pau Brasil



Praça Manacás



Praça de Esportes de Pingo D'Água



Praça Tancredo Neves



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

O Centro de Eventos Vereador Vicente Filho é espaço equipado para realização de eventos de grande porte como congressos, convenções, exposições, feiras e shows. A vontade expressa pela municipalidade é de viabilizar shows para ocupar esse centro de eventos. Foi informado que “a cidade é muito festeira”, havendo eventos todas as semanas, nos quais a população realiza encontros, festejos e rezas.



Figura 8 Centro de Eventos Vereador Vicente Vitor

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Pingo D'Água possui uma biblioteca, a Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo, instalada em edificação de 50 m² e que se encontra em bom estado de conservação. Seu acervo é de 2 a 3 mil livros, embora registre apenas 20 leitores por mês.

O município não dispõe de outros espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivo público e museu.

3.2.2.3 Atrativos Culturais

Entre as manifestações e eventos de fundo religioso, destacam-se as festividades em homenagem a São Sebastião, padroeiro da cidade, e à Imaculada Conceição, além da prática de pintura de tapetes devocionais nas ruas da cidade, preparados para ambientação da procissão de Corpus Christi. Durante as celebrações da Semana Santa, acontece apresentação teatral de conteúdo bíblico.



Figura 9 Pintura de tapetes devocionais por crianças da comunidade

Fonte: http://www.pingodagua.net/GaleriaCentral/Galeria_de_imagens.htm



Figura 10 Cena teatral da crucificação de Cristo, Semana Santa

Fonte: https://img.youtube.com/vi/cUnxf_UTHKc/mqdefault.jpg

Entre as festas comunitárias e populares, sobressaem as juninas nas escolas e outros pontos do município.

Na área musical, os gestores entrevistados citaram os seguintes artistas: Grupo Zé Antônio e seus teclados, DJMiltão, e o grupo Gaúcho e Banda, que toca forró, música regional e caipira.



Figura 11 Gaúcho e Banda

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/Bnt47b8qCwM/hqdefault.jpg>

A pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016, também identificou atividades de artesanato, especialmente na área dos bordados, pintura em tecido, corte e costura e produção de bijuterias. A pesquisa indicou, ainda, a produção artesanal de bancos em madeira, pelo artista Ariel.



Figura 12 Banco artesanal

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/Ct4REoah7Vk/maxresdefault.jpg>

A capoeira também é uma atividade presente no município, desenvolvida principalmente pelo grupo Golpe Bonito, com o contramestre Mandinga, que oferece aulas para crianças e adolescentes.



Figura 13 Apresentação de Capoeira

Fonte: Marcelo Braga, 2011. Disponível em:

http://www.pingodagua.net/GaleriaCentral/Galeria_de_imagens.htm

O município conta com serviços de um profissional do ramo audiovisual, Marcelo Braga, responsável por registros fotográficos e videográficos da cultura e dos eventos locais, disponíveis para consulta e visualização na internet.

Por fim, os entrevistados citaram como referência local o Senhor Antônio dos Touros, domador de bois conhecidos nacionalmente.



Figura 14 Domador de bois

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/d9AFKxLOFVA/hqdefault.jpg>

Sobre a gastronomia de Pingo D'Água, nenhum produto característico do município foi identificado.

Ademais, o grupo da terceira idade foi indicado como a principal associação atuante na cultura local.

3.2.2.3 Calendário Cultural

Durante o levantamento de dados em campo, apurou-se que, além das festas juninas, as principais datas do calendário cultural de Pingo D'Água são:

- Janeiro: Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade (dia 20);

- Setembro: Jubileu (dia 14);
- Dezembro: Festa da Imaculada Conceição (dia 8);
- Dezembro: Aniversário da cidade (dia 21).

3.2.2.4 Patrimônio Cultural e Memória

Em 2013, Pingo D'Água, tal como apenas 14,2% dos municípios de Minas, não dispunha de legislação de proteção do patrimônio cultural.

Da mesma forma que o apontado para a área da política cultural, também não foi identificada legislação ou fundo específico para a política de proteção do patrimônio cultural.

O município não participa da política do ICMS Patrimônio Cultural. Porém, em razão da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira, identificados no município, serem protegidos em âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, este recebeu a pontuação de 0,60 no ICMS Patrimônio Cultural, exercício de 2017. Esta pontuação encontra-se muito abaixo da média dos municípios mineiros, que para aquele exercício é de 7,83 e, sobretudo, se comparado à maior pontuação do estado, atribuída a Mariana (58,50).

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já

existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Pingo D'Água, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Pingo D'Água é uma atribuição da Secretaria Municipal de Esporte.

Ainda que a Lei Orgânica do Município estabeleça em seu Artigo 182 que “é dever do Município fomentar práticas desportivas, como direito de cada um [...]” e em seu Artigo 183 que “o Município incentivará o lazer como uma forma de promoção social [...]”, o representante municipal entrevistado informou que, à época do levantamento de dados em campo, não havia secretário em exercício.

Embora a Política Nacional de Esporte assinale ser papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Pingo D'Água não estabeleceu Plano Municipal de Esporte e Lazer. Todavia, informou-se que, até o momento do levantamento de dados, este documento estava em processo de elaboração através de Audiência Pública e com a participação da sociedade civil.

O município também não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a sua gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Pingo D'Água não conta com Conselho Municipal de Esporte.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o representante municipal entrevistado, o município não tem Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e, tampouco, legislação municipal de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

Ele informou ainda que não há dotação orçamentária específica para a política de esporte e lazer, embora a Prefeitura utilize recursos próprios para fomentar e apoiar iniciativas neste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁶” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que os gastos orçamentários de Pingo D’Água nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado as prestações de contas anuais, 0,4% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,6% (FJP, 2013). Apresentando uma supressão de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

É válido ressaltar que, o entrevistado informou que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento de dados realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, obteve-se a informação de que Pingo D’Água tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Já na pesquisa de campo, registrou-se que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonatos Regionais e Olimpíadas.

Conforme estudo da Fundação João Pinheiro, em 2013, o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁷ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social –

16 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

17 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

IMRS de “Esporte e Lazer” aponta que “Pingo D’Água estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, Pingo D’Água não obteve pontuação no período avaliado, visto que não há registrado um Conselho Municipal ativo (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Em Pingo D’Água, foram inventariados 14 espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade, para práticas de recreação, lazer, eventos, atividades físicas, esportivas e culturais. São eles:

- Estádio da Saete;
- Campo do Flamenguinho;
- Praça São Sebastião;
- Praça da Legislação;
- Praça das Palmeiras;
- Praça Ipê Amarelo;



- Centro de Recreação de Pingo D'Água;
- Praça da Emancipação;
- Praça Pau Brasil;
- Praça dos Manacas;
- Praça da Felicidade;
- Campo Juping;
- Praça de Esportes de Pingo D'Água;
- Praça Tancredo Neves.

Tabela 14 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Estádio da Saete	Campo do Flamengo
	



Praça São Sebastião



Praça da Legislação



Praça das Palmeira



Praça Ipê Amarelo





Centro de Recreação de Pingo D'Água



Praça da Emancipação



Praça Pau Brasil



Praça Manacás





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Ademais, durante o trabalho de campo realizado em Pingo D'Água não foi possível identificar e inventariar atrativos que possuam elementos naturais e que possam ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer.

3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*¹⁸, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância¹⁹. As taxonomias utilizadas foram: I) Pingo D'Água OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Pingo D'Água E barragem.

A tabela abaixo apresenta a compilação amostral das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

¹⁸ goo.gl/46bXSx

¹⁹ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 19/12/2016.

Tabela 15 Clipping de notícias do município de Pingo D'Água

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Rejeitos da Barragem do Fundão ameaçam ecossistema da Amazônia mineira	-	Estado de Minas	https://goo.gl/kCtKux	Nacional	Negativo
Rejeitos de mineradora chegam ao Vale do Aço	07/11/15	Aconteceu no Vale	https://goo.gl/hbfpjh	Regional	Negativo
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	MPMG	https://goo.gl/Mr2CE9	Nacional	Negativo
Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência	27/11/2015	R7	http://noticias.r7.com/minas-gerais/rompimento-de-barragem-deixa-35-cidades-mineiras-em-situacao-de-emergencia-27112015	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A matéria “Rejeitos da Barragem do Fundão ameaçam ecossistema da Amazônia mineira” foi publicada no sítio eletrônico do Jornal Estado de Minas e aponta para os “estragos causados pela lama de rejeitos da Barragem do Fundão”. Nela, relata-se o estado da fauna e flora do parque, conhecido como a “Amazônia mineira” e a mais extensa reserva de mata atlântica de Minas Gerais e os possíveis desdobramentos nocivos no longo prazo.



Figura 15 Ponte Queimada – Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Fotografia tirada por Beto Novaes (EM/D.A Press). Disponível em: goo.gl/kCtKux

A imagem acima pertence à referida reportagem e se trata da chamada Ponte Queimada que, situada no Parque Estadual do Rio Doce (que abrange Marliéria, Pingo D'Água e Governador Valadares), constitui-se em “um dos locais mais afetados pela lama de rejeitos”. Vale ressaltar que o recurso da imagem, sendo parte do conteúdo da notícia, reforça seu impacto.

O site do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), instituição que tem sido bastante atuante como grupo de pressão e na fiscalização desde o ocorrido, enfatiza ao longo da reportagem que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”. Ratifica, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao evento, para apurar as causas, desdobramento e responsáveis pelo Evento. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento, estando Pingo D'Água listado entre eles.

Já a postagem intitulada “Rejeitos de mineradora chegam ao Vale do Aço”, vinculado no sítio Aconteceu no Vale, noticia a chegada de rejeitos no Parque Estadual do Rio Doce, no dia seguinte ao evento. De acordo com responsáveis pelo Parque, até aquela data não se tinha dimensão da gravidade dos impactos, ainda que estes fossem evidentes.

A chegada da lama ao Vale do Aço, segundo afirma a reportagem, chamou a atenção das pessoas e, com isso, muitos registros foram produzidos. A imagem a seguir corresponde a uma postagem de vídeo de uma internauta com a seguinte legenda: “tristeza no rio doce. Lama, muita sujeira e, conseqüentemente, muita poluição e provavelmente muitas notícias ruins posteriormente”.



Figura 16 Imagens registradas por internauta na Ponte Queimada, Pingo D'água (MG)

Fonte: <https://goo.gl/hbfpjh>

Ainda no mês da tragédia, o portal de notícias R7, na reportagem intitulada “Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência”, retratou o cenário dos municípios em situação de emergência. Em decorrência da poluição do rio Doce, o fornecimento de água ficou suspenso para muitas das cidades atingidas. Pingo D'Água apareceu listado como estando em condição de emergência, bem como outras 35 cidades mineiras.

A partir da amostra de notícias, verifica-se que, de modo geral as menções a Pingo D'Água se dão em listagens, não havendo especificações ou aprofundamentos quanto à situação do município após o Evento. Para os demais casos, observa-se que as referências à localidade se associam ao Parque Estadual do Rio Doce. Ademais, cabe ressaltar que o nome do

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Pingo D'Água é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²¹, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²² e a Onda Política²³ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁴ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁵, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 16 Síntese de citações – Pingo D'Água

Município de Pingo D'Água		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim

21 goo.gl/hBGDKp

22 goo.gl/BcEHVc

23 goo.gl/x1VYhC

24 Organização Não Governamental

25 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima é possível observar que o município de Pingo D'Água foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁶ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁷, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil²⁸.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás²⁹. No documento, observa-se que a menção a Pingo D'Água se limita a uma

26 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

27 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

28 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

29 goo.gl/Ry1Shs



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



listagem³⁰. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento.

³⁰ Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Diante disso, verifica-se que o sistema de turismo de Pingo D'água não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor, ainda que o gestor público entrevistado tenha afirmado que o turismo é muito importante para o município.

De acordo com o entrevistado, o turismo é capaz de fomentar a economia local, criando opções para os munícipes e visitantes. Nesse sentido, destaca-se a relevância da gestão pública municipal de Pingo D'água estruturar seu Sistema de Turismo e mitigar a fragilidade existente no diálogo com a sociedade civil, uma vez que as decisões relacionadas ao setor ainda não são participativas.

As potencialidades de Pingo D'Água no setor de turismo são seus recursos naturais e as Festas típicas locais. Os principais pontos turísticos do município são o Pico do Tibério, a Cachoeira da Fumaça e a Lagoa da Hortênsia.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são: baixo recurso financeiro disponível; falta de parcerias público-privada; falta de licenciamento ambiental; população local pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo; e oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) incipiente.

4.2 Cultura

Durante o levantamento de campo, verificou-se que Pingo D'Água possui incipiente estrutura administrativa do setor de cultura, tanto na área da promoção da diversidade cultural quanto de preservação e proteção do patrimônio. Constata-se a inexistência de legislação municipal, orçamento próprio, Fundo, Conselho e Plano – esse último em fase de elaboração –, bem como na política de incentivo do ICMS Patrimônio Cultural.

Por outro lado, a comunidade parece mobilizada e interessada nas atividades de cunho coletivo, o que se registra não apenas nos eventos culturais e religiosos, mas também nas ações de mobilização social desenvolvidas no município, tais como a Caminhada pela Paz e o Dia Internacional da Mulher.

Também é ponto positivo a existência do Centro de Eventos, recentemente inaugurado, que representa um potencial para a realização de atividades culturais na cidade, aspiração manifestada pela municipalidade.

As principais dificuldades apontadas para o desenvolvimento da cultura local são a falta de recursos financeiros, de mão de obra qualificada e de parcerias públicas e privadas.

Considera-se importante a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura e a implantação do Sistema Municipal, com todos seus componentes, bem como a participação na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural, de forma a fortalecer a ação cultural local, promover a prestação de serviços culturais permanentes, proteger o patrimônio cultural material e imaterial, garantindo a toda a população o pleno exercício dos direitos culturais.

4.3 Esporte e Lazer

A estrutura de gestão pública do esporte e lazer em Pingo D'Água conta com órgão exclusivo. Entretanto, à época do levantamento de dados em campo não havia secretário em exercício, sinalizando para uma frágil estrutura governamental.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, não foi criado neste município, impedindo, por conseguinte, sua participação em programas que proporcionariam uma melhoria na sua arrecadação financeira, tais como o do ICMS Solidário – Critério Esportivo. Além disso, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, reforçam a assertiva acerca da fragilidade na gestão da política de esporte e lazer local.

O representante municipal entrevistado informou, ainda, que há dotação orçamentária específica destinada à promoção, fomento e apoio ao esporte e ao lazer, ainda que não

soubesse identificar o percentual. Quanto à adesão do município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Pingo D'Água tem participação em um programa: os Jogos Escolares de Minas Gerais.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois auxilia em questões relacionadas à saúde pública da população ao prevenir doenças. Além disso, contribui para o desenvolvimento social e previne a criminalidade. Ele declara que a prática do futebol é a maior potencialidade de Pingo D'Água, uma vez que o município conta com três campos para a prática dessa modalidade esportiva, além de um ginásio bem estruturado. Outro destaque são as "Olimpíadas de Pingo", organizadas pela prefeitura. O evento movimentava toda a cidade e conta com a participação da população e dos bairros das cidades, com equipes de futebol, vôlei, futsal, truco, natação e corrida. Contudo, a falta de recursos financeiros foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Pingo D'Água, pois pode proporcionar opções atividades mais acessíveis à população e melhorias à saúde. As academias públicas, o centro de eventos com capacidade de fazer grandes shows, os campeonatos de baralho, de futebol, futsal e vôlei são as principais potencialidades observadas. Entretanto, a falta de recursos financeiros é a principal fragilidade observada para o desenvolvimento do setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, investir recursos financeiros nas quadras é uma das ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município. Além disso, a estruturação institucional, o planejamento, a gestão participativa, qualificação profissional dos agentes públicos e ampliação dos investimentos são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17 Tabela 17.

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
	Impacto sobre Bens Móveis											
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
	Alteração de Costumes Locais											
	Alteração na Agenda Cultural											
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
	Alteração do Calendário Esportivo											
	Alteração de atividades de entidades esportivas											
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 18 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

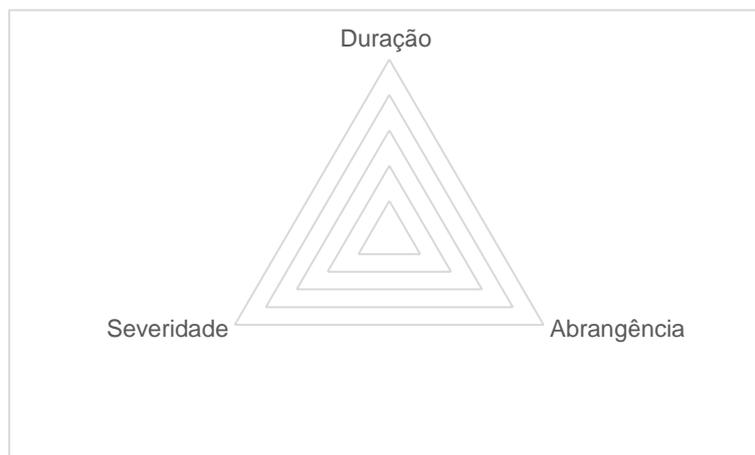


Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura a seguir:

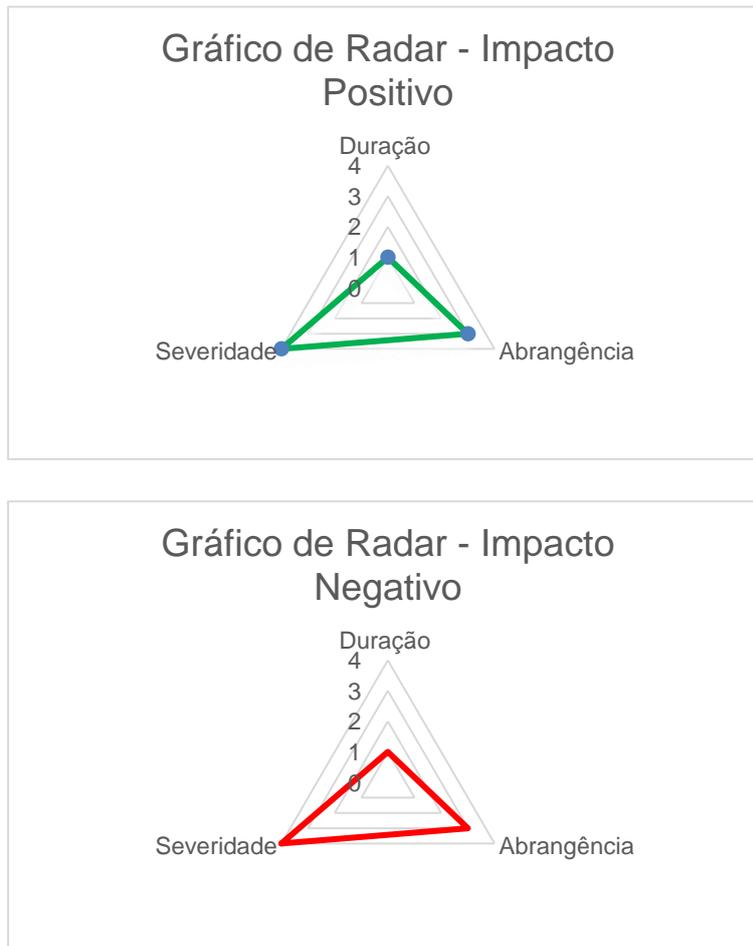


Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 20 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

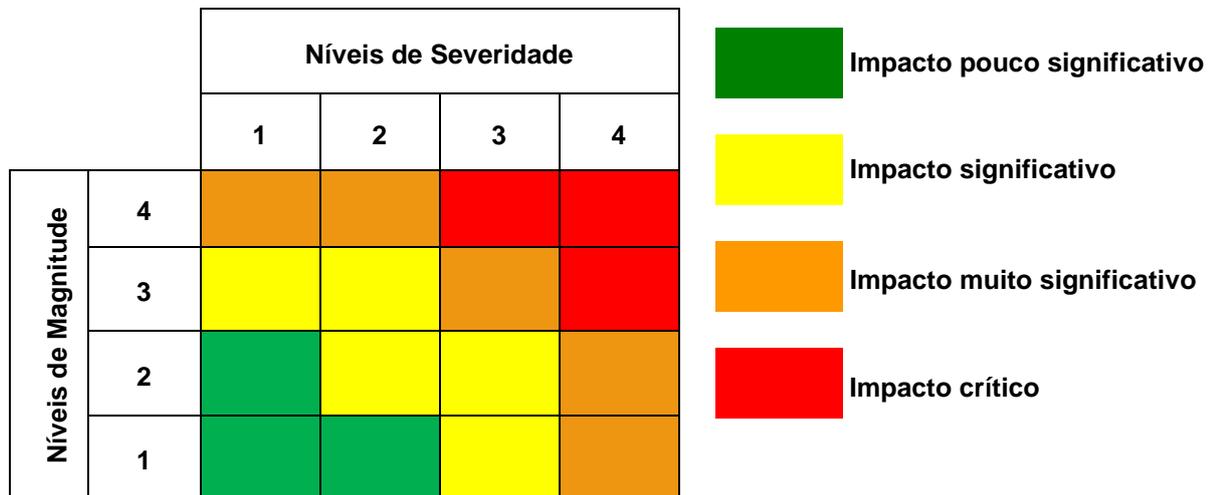


Figura 20 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Pingo d'água requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal dista aproximadamente 7 km, em linha reta, do rio Doce. Em entrevista a moradores, os mesmo relataram que não fazem uso atividades relacionadas ao rio, uma vez que as propriedades à sua margem pertencem à Cenibra e a mesma não autorizada pesca na área.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 2 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer.

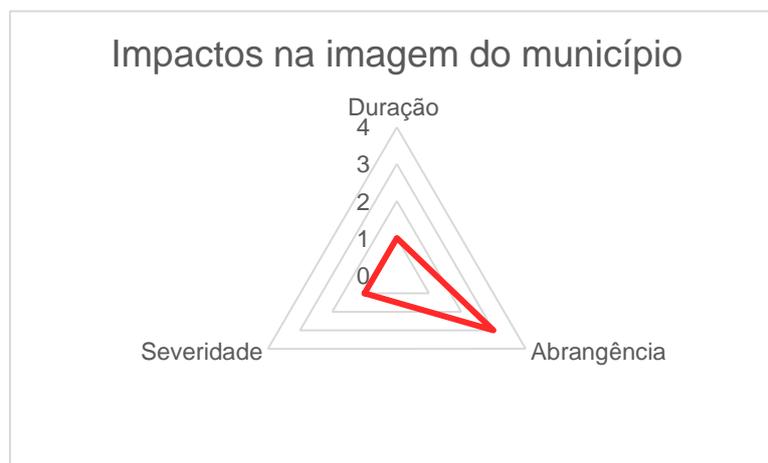
5.2.1 Impactos sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Pingo d'água. Para tanto, foi realizado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Pingo d'água é direto e, a partir da análise das reportagens e da produção acadêmica, pode ser considerado baixo em termos de duração (1) e severidade (1) e abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

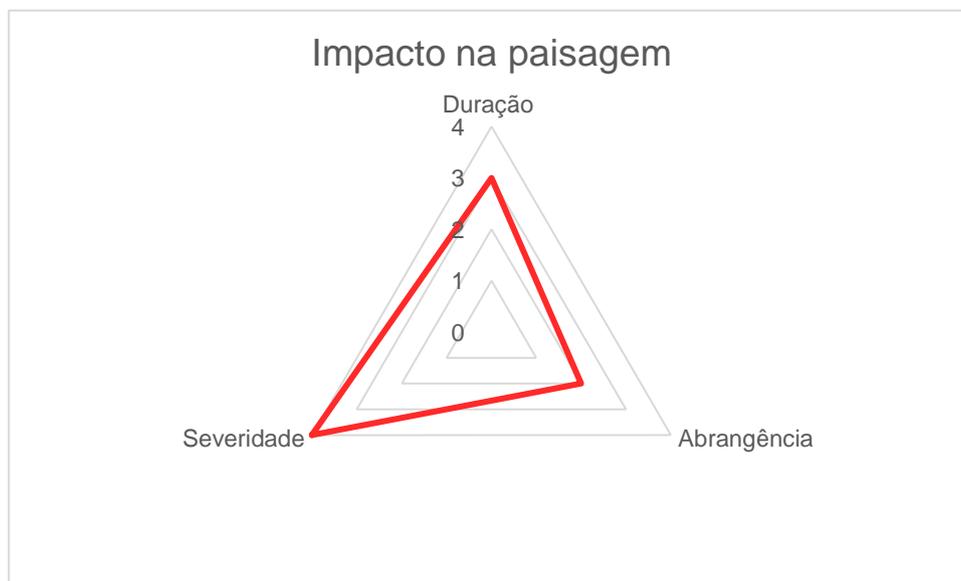
Consideradas estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

5.2.2 Impactos sobre a Paisagem

Com o Evento, a paisagem próxima à Ponte Queimada foi impactada, perdendo em grande medida a sua beleza cênica. Localizada às margens do rio Doce (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), mantinha estreita relação de dependência com o curso d'água. O impacto na paisagem resultou em processos de tristeza nos moradores da comunidade, diante do cenário que eles denominam como “morte” do rio.

Tal como apresentado no diagnóstico, a Ponte Queimada, travessia do rio Doce no Parque Estadual do Rio Doce, encontra-se em ruínas e detém uma vista privilegiada do rio e da natureza existente naquela região. Considerando as características do impacto sobre a paisagem nas imediações da Ponte Queimada, avalia-se o mesmo como de natureza negativa, originado diretamente do Evento, de abrangência comunitária (2), e de longa duração (3). Avalia-se ainda a sua severidade como alta (4).

Gráfico 3 Impacto sobre a paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como muito significativo (3).

Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	1	3	1	2	<p>Recuperação da Estrutura Afetada</p> <p>Apoio e fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer</p> <p>Ações de Capacitação e Promoção do Turismo</p>	3	1	1

Impactos sobre a paisagem	Impactos na área da Ponte Queimada	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental	2	2	2
---------------------------	------------------------------------	----	----	---	---	---	---	-----------------------------------	---	---	---

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 20 - Listagem de participantes de reunião institucional em Pingo Dagua

Nome	Nome do órgão/setor
Augusto de Sousa Lima	(Assessor de planejamento) Prefeitura
Gustavo	Prefeitura

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 21 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.
Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. PINGO D'ÁGUA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA EXERCÍCIO
2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL PINGO D'ÁGUA IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível
em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/. ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE PINGO
D'ÁGUA SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE
DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < <HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.pingodagua.mg.gov.br/>

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.